

Coisas da Política

Fim do Emendão inicia novo acordo político

São estranhos e imprevisíveis os caminhos do entendimento político. Todas as tentativas feitas até agora para um amplo e irrestrito acordo entre o governo e o Congresso vinham sendo infrutíferas. Na última quarta-feira, quando os líderes governistas e do PMDB e os presidentes do Senado e Câmara se reuniram com o presidente Collor para comunicar-lhe que não havia condições para votar o Emendão este ano, parecia que sepultavam-se ali os últimos fiapos de esperança de algum tipo de consenso político. Mas não foi assim. Teve início naquela reunião, na avaliação do Palácio do Planalto, um tipo de acordo, ainda tímido, mas na medida certa para resolver questões emergenciais.

Começou a ser costurado a partir do encontro um entendimento para permitir ao Congresso a votação de novo projeto de reforma tributária, juntando partes essenciais da reforma fiscal de emergência com a proposta contida no Emendão. Nestes últimos dias, técnicos do governo e lideranças políticas identificam partes da reforma tributária possível de ser implantada, com as devidas adaptações, sem alterar a Constituição. Isto é, procura-se um meio de implantar as mudanças sem o uso de emenda constitucional, cuja tramitação é mais complicada e lenta. O presidente Collor está confiante no sucesso da operação. Com isto, afasta-se o risco do governo ter que baixar medida provisória, a fim de impor nova legislação de impostos para vigorar a partir do próximo ano.

O governo está convencido de que esta reforma é fundamental para acabar com o déficit público, viabilizar o plano de estabilização econômica e, conseqüentemente, obter mais dinheiro do FMI e seu aval para renegociação da dívida externa. Enfim, o governo precisa cortar gastos e arrecadar mais impostos para equilibrar suas contas, único modo de obter credibilidade na banca internacional, e encarar a crise brasileira pela base do problema.

O Planalto agora se esforça para concretizar o entendimento. Uma tarefa política aparentemente impossível: fazer o Congresso votar em caráter de urgência o aumento de impostos. Nenhum parlamentar em nenhuma parte do mundo gosta de aprovar medidas que signifiquem meter a mão no bolso do seu eleitor, ainda mais em caráter de urgência. O desafio do presidente Collor agora é convencer os congressistas a votar às pressas, neste fim de ano, medidas impopulares. O pior é que o presidente sequer poderá prometer dar em troca um feliz 1992 para o país. Terá que justificar a continuação do aperto na economia no mínimo até 1993. O secretário de Planejamento, Pedro Parente, disse em Washington, na tarde de ontem, pouco depois de acertar detalhes finais do acordo

com FMI, que o plano econômico brasileiro era "estabilizar para crescer". O objetivo é dar ao presidente Collor, caso as previsões se confirmem, seus dois últimos anos de governo com inflação baixa e desenvolvimento.

O caminho da felicidade, entretanto, não é tão fácil. A sociedade brasileira ainda terá que conviver com dificuldades durante muito tempo. É verdade que o apocalipse que economistas de plantão e consultores de empresas anunciavam em relatórios reservados e edições dominicais dos jornais não se concretizou. Parecia que o país já vivia a hiperinflação. É bom que algum otimismo tenha voltado. Afinal, o país vivia momentos de angustiante falta de auto-estima. Este estado de espírito contribuía ainda mais para agravar a crise. O povo americano viveu este estado de descrença nos anos de depressão, iniciados em 1929 com o *crack* da Bolsa. Foram longos anos de sofrimento que, efetivamente, só terminaram com a mobilização do país para a entrada na guerra. A crise brasileira não é grave como a americana de 1929, mas é bom que o governo não prometa o paraíso já.

O Brasil vive ainda momentos delicados na economia. O decisão do governo de deixar o país viver as regras do livre mercado contém uma boa dose de risco, mas parece ser a única alternativa depois de tantos ensaios econômicos. A saída do governo do mercado do dólar foi uma boa lição. Mostrou que, afinal, a intervenção do Banco Central nos negócios com dólar não era tão imprescindível como se imaginou durante anos. O empresariado brasileiro aculturado na base do controle de preços ainda não se adaptou ao novo jogo da economia. Agora, por exemplo, a indústria automobilística que edita novas tabelas de preços com a velocidade de suas linhas de montagem. Se o governo resistir de intervir nesta onda altista é possível que as montadoras acabem tomando lição. O presidente Collor tem sido aconselhado a reduzir alíquotas de importação de automóveis, obrigando o cartel automobilístico nacional a enfrentar a concorrência internacional.

Enfim, há sinais nítidos de que o governo e a própria sociedade estão aprendendo que não existem milagres espetaculares para salvar o país. O acordo político não nascerá de uma reunião mágica, mas da conversa sistemática a partir de pequenos entendimentos, como está ocorrendo agora. Também não será novo pacote piro-técnico que acabará com a inflação. Anos de sacrifício serão necessários. O presidente Collor, por sua vez, tem demonstrado, no amadurecimento dos seus 42 anos, que o sucesso de Idiana Jones é brilhante, mas efêmero.

Etevaldo Dias